

OS IMPACTOS DO ENADE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM E PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - CAMPUS PETROLINA (PE)

Taciana Roberta Correia Cordeiro de Alencar¹
Paulo César Marques de A. Santos²

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva compreender, a partir de uma revisão sistemática de literaturas e análise documental, o contexto das políticas públicas de avaliação de larga escala em especial os impactos causados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), em sala de aula, no processo de construção das relações didático-pedagógicas dos cursos de Enfermagem e Pedagogia da Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina (PE).

Na perspectiva de colaborar com as discussões na UPE Campus Petrolina sobre as políticas de avaliação, visando um contínuo repensar de ações, já assegurados em seu PDI, que ressalta o seu compromisso com o desenvolvimento humano da comunidade acadêmica, a pesquisa propõe investigar as práticas docentes à luz dos resultados trazidos pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Tendo como problema de pesquisa a compreensão sobre: quais são os impactos causados pelo ENADE no processo de construção das relações didático-pedagógicas nos cursos de Pedagogia e Enfermagem ofertados no Campus Petrolina?

Os resultados parciais da pesquisa mostram que os instrumentos que compõe o Exame vêm se aprimorando ano após ano, fazendo com que as instituições de ensino superior elaborem

¹ Pedagoga do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Coordenadora Setorial de Apoio às Atividades Acadêmicas da Universidade Estadual de Pernambuco *Campus* Petrolina. Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do ACRE(UFAC) e em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Pernambuco(UPE) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da UPE *Campus* Petrolina. taciana.alencar@upe.br

² Doutor em Educação, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Pedagógicas. paulo.marques@upe.br

estratégias diversas em busca de um bom conceito, mas nem sempre são estratégias que coadunam com a intencionalidade inicial das políticas públicas de avaliação.

2. DESENVOLVIMENTO

A avaliação de desempenho institucional, ligada a programas de avaliação externa é recente no Brasil. Embora, segundo Gatti (2014) alguns ensaios desse tipo de avaliação foram realizados em momentos da história da educação brasileira, porém caracterizavam-se mais como pesquisas e não a processos relacionados a políticas educacionais.

Nesse contexto é próprio afirmar que as questões vinculadas à avaliação educacional de desempenho de sistemas foram incluídas no campo da educação um pouco tardiamente, se comparado com outros contextos internacionais. Sofrendo assim "em sua valorização e desenvolvimento como campo teórico, dos efeitos relativos à quase ausência de formação nos cursos de educação de profissionais especializados" Gatti (2014, p.10).

No entanto, pesquisar sobre avaliação é essencial, por tratar-se de uma categoria de base para toda organização do trabalho pedagógico em qualquer nível educacional, sobretudo no ensino superior. Dias Sobrinho (2003) enfatiza que é muito difícil compreender em sua plenitude todas as dimensões da avaliação, devido aos seus variados conceitos e os diversos âmbitos aos quais está relacionada. Porém, faz-se necessário uma busca constante sobre o entendimento e as funcionalidades de um projeto avaliativo, seja no âmbito da aprendizagem ou institucional.

Considerado um tema complexo, por envolver diferentes grupos de interesse, como governo, pesquisadores, instituições, docentes, alunos e a sociedade, que têm distintas visões de educação e sobre qualidades para a educação superior, é que desde o início de sua institucionalização, a avaliação tem sido pensada e praticada de diferentes maneiras, baseando-se em valores, concepções e epistemologia distintas segundo Bertolin e Marcon (2015, p.106).

A década de 1990 foi o grande marco das políticas de avaliação em larga escala no Brasil. Baseando-se em determinações internacionais, e com um discurso descentralizador, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, passa a revisar o processo de financiamento dos níveis de ensino, descentralizando-os a partir das reformas educacionais do âmbito federal para as esferas locais de poder enfocando um incentivo a realização das avaliações em larga escala, vista por alguns estudiosos como fenômeno controlador da educação para que esta possa gerar resultados positivos para o crescimento econômico e social e unicamente servir ao capital.

No corpo do texto da LDBEN/1996³ é explicitado que a União assegurará o processo nacional de avaliação de rendimento nos diversos níveis de ensino em parceria com os respectivos sistemas de ensino, objetivando sanar os problemas diagnosticados estabelecendo prioridades. No entanto, a mudança na regulação nos serviços educacionais como consequência traz uma nova perspectiva para a função do Estado, que diminui a ideia de executor e passa a ser um regulador e avaliador.

Retomando a ideia de Dias Sobrinho (2003), Oliveira e Garcia (2014) reconhecem a importância do papel da avaliação para assegurar a qualidade dos serviços, porém para essas autoras, as políticas neoliberais e conservadoras reforçam esse instrumento como controle dos serviços prestados pelas redes de ensino e escolas, exemplificando a atuação do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1996) no incentivo a criação de um sistema nacional de avaliação que regulamente e monitore a qualidade educacional.

3. MÉTODO

Como método inicial de coleta e posterior análise, realizou-se levantamento bibliográfico por meio de livros e periódicos que tratam das políticas de avaliação externa. Como também, relatórios técnicos, documentos e estatísticas presentes no banco de dados e site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), buscando compreender a lógica do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), e análise do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade de Pernambuco (UPE) dos últimos 10 anos, os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos de Pedagogia e Enfermagem.

4. RESULTADOS

Os resultados parciais da pesquisa demonstram que os resultados do Exame Nacional do Ensino Superior variam de IES para IES, de curso para curso e mesmo se tratando da Universidade de Pernambuco (UPE), os resultados alcançados por cursos semelhantes tem conceitos diferentes nos campi de Mata Norte, Garanhuns e Petrolina no caso dos cursos de Pedagogia. E especificamente no *Campus* Petrolina é bastante diversificado os resultados dos variados cursos das distintas áreas de atuação local.

³ Lei 9.394/96. TÍTULO IV, artigo 9º inciso VI

Os estudos assinalam que os instrumentos que compõe o exame vêm sendo aprimorado ano após ano desde a sua criação em 2004, como parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Mas é importante salientar, todavia, que não há entre pesquisadores e críticos no universo acadêmico uma voz unânime quanto aos efeitos benéficos das políticas de avaliação externa. Há os que veem nesses instrumentos uma forma de beneficiar o mercado das IES privadas que crescem no País dia a dia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, as conclusões relacionadas aos objetivos geral e específicos ainda são incipientes, todavia, é imprescindível ressaltar a importância das possíveis contribuições que seus resultados poderão trazer para a comunidade acadêmica envolvida e para análise das políticas públicas de avaliação como um todo.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Avaliação, ENADE.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Júlio C. G; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v.20, n.1, p. 105-122, 2015.

BRASIL.LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.- 5.ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei n.10.861 de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras Providências**. 15 de abril de 2004, Seção 1, P. 3/4. <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>, visitado em 25/04/2019

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

GATTI, B. A. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olhares**, Guarulhos, v.2, n.1, p. 08-26, 2014.

SOUZA. T.B., O ciclo de políticas das avaliações em larga escala na educação superior e básica.
Revista Científica Eletrônica de Pedagogia, v. 1.p. 1-10, 2017.

OLIVEIRA, L.F.S.;GARCIA,L.T.S. , Políticas de Avaliação Educacional no Brasil: concepções e desafios. In: IV congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/VII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação,2014, Porto – Portugal. **Cadernos ANPAE**, 2014.